



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

#### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026

#### REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PLAYGROUNDS INFANTIL E DEMAIS BRINQUEDOS DESTINADOS A DIVERSOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

##### **Pregão Presencial nº 014/2026**

Protocolo Administrativo nº 107/2026

Sessão do Pregão: **12 DE MAIO DE 2026**

Horário: **09H00MIN**

Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**

Modo de Disputa: **ABERTO**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE COTIPORÃ**, o Senhor José Carlos Breda, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de Cotiporã, sita na Rua Silveira Martins, nº 163, encontra-se aberta licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo "MENOR PREÇO", tendo por objeto a seleção para **REGISTRO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PLAYGROUNDS, BRINQUEDOS RECREATIVOS E EQUIPAMENTOS LÚDICO-PEDAGÓGICOS QUE SERÃO ADQUIRIDOS QUANDO DELES O MUNICÍPIO TIVER NECESSIDADE** conforme especificação abaixo, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, e do Decreto Municipal nº 4.192/2023, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no dia e até a hora acima mencionados, na sala de licitações da Prefeitura Municipal.

#### **1 - DO OBJETO:**

**1.1 – A presente licitação objetiva o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PLAYGROUNDS, BRINQUEDOS RECREATIVOS E EQUIPAMENTOS LÚDICO-PEDAGÓGICOS QUE SERÃO ADQUIRIDOS QUANDO DELES O MUNICÍPIO TIVER NECESSIDADES**, conforme descrição contida no Anexo I, sendo partes integrantes deste edital

**1.2 – A licitante vencedora deverá fornecer garantia do fabricante por um período mínimo de 12(doze) meses, a contar do recebimento dos materiais.**

**1.3 – Os quantitativos indicados no ANEXO I deste edital são meramente estimativos, não acarretando qualquer obrigação quanto a sua aquisição por parte desta municipalidade.**

**1.4 – As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em "Nota de Empenho", válida como contrato de aquisição e fornecimento.**

**1.5 – A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar aquisição, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.**

**1.6 – A entrega dos produtos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após cada solicitação, livre de frete e descarga e deverão ser instalados pela empresa em local indicado pela Secretaria solicitante.**

**1.7. A Licitante vencedora deverá a cada entrega fornecer a ART pela fabricação e instalação dos brinquedos devidamente registrada e paga para os itens que exigem Anotação de Responsabilidade Técnica.**

#### **2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:**

**2.1. Para participação no certame, o licitante, deve apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado:**

**AO MUNICÍPIO DE COTIPORÃ/RS.**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026**  
**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTAS DE PREÇOS**  
**LICITANTE** (Razão Social, Endereço, Telefone, E-mail)

**AO MUNICÍPIO DE COTIPORÃ/RS.**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026**  
**ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**LICITANTE** (Razão Social, Endereço, Telefone, E-mail)



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

### 3 - DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME :

3.1. Para fins de credenciamentos a empresa licitante deverá apresentar-se junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante (que depois de identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado) com seguinte documentação fora dos envelopes:

a) **Cópia do Documento de Identidade com foto oficial** acompanhada do original para conferência.

b) **Credenciamento** (modelo Anexo II) assinado pelo representante legal da empresa;

c) **Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação** (modelo Anexo III) assinado pelo representante legal da empresa;

d) **Declaração de Enquadramento de ME ou EPP** firmada por contador de que a empresa se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (modelo Anexo IV) assinado pelo representante legal e contador da empresa nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio ou **Certidão expedida pela Junta Comercial**, para as empresas que pretendem se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

**Obs.:** A não apresentação da Declaração de Enquadramento de ME ou EPP interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

e) Se empresa individual:

e.1) Cópia autenticada do **registro comercial**, devidamente registrado.

f) Se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa:

f.1) Cópia autenticada do respectivo **Estatuto** ou **Contrato Social** em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

g) Se representante legal:

g.1) Instrumento público ou particular de **procuração**, **este com a firma do outorgante devidamente reconhecida**, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública;

g.1.1) Cópia autenticada do ato de investidura (registro comercial, estatuto, contrato social, etc...) do outorgante como dirigente da empresa;

3.2. **Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.**

3.3. O uso de telefone celular durante a sessão de lances, só poderá ser usado com a permissão do Pregoeiro.

**Obs.1:** Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial e/ou por servidor do Município.

**Obs.2:** Serão aceitos os documentos assinados digitalmente através de cópia simples impressa.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

3.4. Fica esclarecido que, o credenciamento legitima o representante legal de uma empresa para participar da disputa de preços, apresentar lances e outras manifestações relacionadas ao processo, sendo que, em não sendo apresentada a documentação solicitada no credenciamento ou, apresentada de forma incompleta, a empresa participará do certame, todavia, sem representante credenciado.

#### 4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA DE PREÇO e 02 - DOCUMENTOS.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

4.3. O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

#### 5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS:

5.1. A Proposta de Preços – ENVELOPE Nº 01 - deverá ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal da LICITANTE, (conforme modelo Anexo I) dela constando a razão social da empresa, bem como:

a) valores expressos em moeda corrente nacional, preço unitário e total, até duas casas decimais após a vírgula, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas de deslocamentos e fretes, que correrão por conta da licitante vencedora. A licitante **deverá informar a marca, modelo e garantia do produto cotado**.

b) não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas uma vez abertas as propostas;

c) todos os documentos deverão ser apresentados de forma clara e legível. Qualquer dúvida o documento será desconsiderado;

d) as propostas deverão obedecer, rigorosamente, a todos os termos do Edital, não sendo consideradas aquelas que oferecerem itens diferentes ou que fizerem referência à proposta de outro concorrente.

e) informar na proposta o nº da conta bancária para depósito dos pagamentos;

f) informar dados do responsável legal pela empresa que assinará a Ata de Registro de Preços, tais como: NOME, RG, CPF, ENDEREÇO COMERCIAL E RESIDENCIAL E CARGO NA EMPRESA.

g) os preços propostos considerados inexequíveis serão desconsiderados.

h) Será considerado, para fins de julgamento, os valores máximos (valores de referência) constantes no anexo I.

5.2. Deverá ser anexada à proposta a Declaração de que a proposta econômica da empresa compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo Anexo V. Caso esta declaração não seja apresentada, a empresa restará desclassificada.

5.3. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ram) no prazo de 02 (dois) dias úteis enviar nova proposta de preços, planilha de custos e cronograma físico-financeiro devidamente adequados ao valor do último lance ofertado na fase competitiva do certame para o e-mail [celio@cotipora.rs.gov.br](mailto:celio@cotipora.rs.gov.br), sob pena de desclassificação, quando for o caso.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

#### 6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.2. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar dentro do **ENVELOPE Nº 02**, os seguintes documentos de habilitação:

6.2.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

6.2.1.2. Ato constitutivo, **estatuto** ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

6.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

6.2.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

**Obs.:** A licitante está dispensada de entregar os documentos acima (6.2.1.1 ao 6.2.1.4), se os quais foram apresentados no Credenciamento.

#### 7.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.1.2.1. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**.

7.1.2.2. Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado e/ou do Município, (**DI/RE** e/ou **ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO**), relativo ao domicílio, ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.1.2.3. Certidão Conjunta de Débitos relativos a **Tributos Federais** e à **Dívida Ativa da União**, de acordo com a Portaria RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014.

7.1.2.4. Certificado Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – **CRF/FGTS**.

7.1.2.5. Certidão de Regularidade com a Fazenda **Estadual** (Certidão de Situação Fiscal).

7.1.2.6. Certidão de Regularidade com a Fazenda **Municipal**, de domicílio ou sede do licitante, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de emissão, se não houver validade especificada na certidão.

7.1.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), expedida por meio eletrônico no site do Tribunal Superior do Trabalho no [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br).

**Obs:** Caso a licitante não consiga efetuar a consulta da certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal de Cotiporã, favor entrar em contato pelos telefones(54) 3446 2800 ou 3446 2815 para realizar o Cadastro junto ao Sistema e posterior emissão da referida negativa.

#### 7.1.3. Qualificação Econômica Financeira:

b) **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade não superior a 90 (noventa) dias da expedição, se não houver validade especificada na Certidão.

#### 7.1.4. Documentação de Habilitação Técnica:

7.1.4.1. Registro ou inscrição da **empresa**, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA** e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – **CAU**, com jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul, ou no Estado em que está sediada, com plena validade na data limite de entrega da documentação. O visto da entidade profissional competente às empresas não domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul, será exigido pela ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços.

7.1.4.2. Comprovante de registro do **responsável técnico** na entidade profissional competente.

#### 8.1.4. Declarações:

8.1.4.1. Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de idoneidade, de acordo com o modelo constante no **Anexo VI** e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público.

8.1.4.2. Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com modelo do **Anexo VII**, assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

8.1.4.3. Declaração de comprometimento de fornecimento, de acordo com modelo do **Anexo VIII**, assinada por representante(s) legal(is) da empresa.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

**8.1.4.4.** Declaração da licitante de inexistência de vínculo com órgão público, de acordo com o modelo constante no **Anexo IX**.

**8.1.4.5.** Declaração de que cumpre as exigências de reservas de cargos, conforme **Anexo X**.

**Obs.:** As Declarações apresentadas pelas proponentes deverão conter a indicação e qualificação (nome, nº do RG e nº do CPF) de quem subscreve os documentos apresentados, bem como deverão ser apresentadas na folha timbrada da empresa.

**8.2.** Os documentos solicitados, quando não apresentarem sua validade expressa, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias da data da emissão, exceto as comprovações que têm prazo de validade de caráter permanente.

**8.3.** Em caso de autenticação de documentos por servidor da administração, os licitantes deverão apresentá-los para autenticá-los até 30 minutos antes da data marcada para apresentação dos envelopes, no SETOR DE LICITAÇÕES.

**8.4.** Os documentos expedidos pela Internet deverão ser apresentados em forma original e estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro.

**8.5.** Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. **Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social)** salvo aqueles documentos que são legalmente válidos tanto para matriz como para filial.

**8.6.** O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

## 9. VEDAÇÕES

**9.1** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**b)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**c)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**e)** agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria

**7.2.** O impedimento de que trata a alínea "a" do item 9.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**7.3.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços.

## 10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES:



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

**10.1.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**10.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**10.3.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**10.4.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**10.5.** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

**10.6.** Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

**10.6.1.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado desempate na forma de sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**10.6.2.** Os licitantes poderão oferecer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar<sup>1</sup>, até a proclamação da vencedora.

**10.6.3.** Dada a palavra a licitante, esta disporá de 01 (um) minuto para apresentar nova proposta.

**10.6.4.** A diferença entre cada lance será estabelecida pelo Pregoeiro, a seu critério, durante a disputa.

**10.6.5.** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

**10.6.6.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**10.7.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.8.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**10.9.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**10.10.** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao Pregoeiro deste Município.

**10.11.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## 11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

**11.1.** Encerrada etapa de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que trata o item 3 alínea "d" deste Edital;

**11.1.2.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**11.1.3.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 7.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

**11.1.4.** O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

**11.2.** Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;
- c) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**11.3** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## 12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

**12.1.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**12.2.** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo estipulado pelo pregoeiro.

**12.3.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

**12.4.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

## 13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

**13.1.** Encerrada a etapa de propostas, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>);
- d) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU. (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>),

**13.2.** Verificados os cadastros acima citados, os documentos de habilitação serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**13.2.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

**13.3.** As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**13.4.** O beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida, neste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que declarado vencedor, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**13.5.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, será concedido o prazo previsto no item 13.1 para o envio da documentação de habilitação.

**13.6.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**13.7.** A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento do Poder Público.

**13.8.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

#### 14. DOS RECURSOS

**14.1.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

**14.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

**14.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

**14.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**14.6.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

#### 15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

**15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

#### 16 CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

**16.1.** A Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará os vencedores para assinar de forma digital a Ata de Registros de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada.

**16.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato/Ata ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis

**16.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**16.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos estabelecidos neste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**16.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

#### 17 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

**17.1 -** O modelo de Ata de Registro de Preços, a ser assinada com a(s) empresa(s) participante(s) da licitação encontra-se anexa ao processo, fazendo parte integrante do mesmo.

**17.2 -** Na Ata de Registro de Preços estão definidos os critérios para atualização dos preços registrados e as penalidades em caso de inexecução total ou parcial da mesma ou da ordem de fornecimento (nota de empenho).

**17.3 -** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal, diretor, sócio da empresa, procurador ou credenciado.

**17.4 -** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de **05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação enviada pelo Município**, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito durante o seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**17.5 -** A critério e conveniência do Município, **a(s) empresa(s) poderá(ão) ser convocada(s) a assinar a Ata de Registro de Preços junto a Prefeitura Municipal de Cotiporá, localizada na Rua Silveira Martins, nº 163, neste Município**, dentro do prazo determinado de 05 (cinco) dias úteis.

**17.6 -** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**17.6.1 -** Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

**17.6.2.** Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice INPC/IBGE acumulado dos últimos 12 meses.

**17.6.3.** A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, salvo no caso de prorrogação.

**17.6.4.** Na assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar o visto no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA** e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - **CAU** no Estado do Rio Grande do Sul, caso a empresa não seja sediada no Estado do Rio Grande do Sul.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

#### 18. DO PAGAMENTO:

**18.1.** O pagamento será efetuado em até 10 dias após a realização das entregas, tendo em conta a quantidade efetuada, mediante a apresentação de nota fiscal e a emissão de laudo pelo Setor solicitante. Somente será paga a quantidade efetivamente entregue.

**18.2.** Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO, enquanto houver pendência na entrega do(s) item(ns), ou não se realizar a liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**18.3.** Para o caso de faturas incorretas, a Prefeitura Municipal de Cotiporá terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução à licitante vencedora, passando a contar novo prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a entrega da nova NOTA FISCAL.

**18.4.** Não serão considerados para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da licitante vencedora que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.

**18.5.** Se for o caso, a Prefeitura Municipal de Cotiporá poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRPF, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL o valor correspondente aos referidos tributos.

**18.6.** Na hipótese de atraso no pagamento, os valores serão monetariamente corrigidos, a contar da data final do período de adimplemento até o dia do efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE.

**18.7.** Conforme instrução normativa NFB nº 2043, de 12 de agosto de 2021 e Ordem de Serviço nº 01/2022, do Município de Cotiporá, a nota fiscal deverá ser emitida e entregue ao setor responsável pela solicitação até o dia 25 de cada mês.

**18.8.** As despesas decorrerão de dotação específica para cada aquisição.

#### 19 - DO CONTROLE E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

**19.1** - O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.

**19.2** - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**19.3** - Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superiores ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

**19.4** - Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo o Município convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

**19.5** - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**a)** liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

**b)** convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**19.6** - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**19.7** - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

**d)** tiver presentes razões de interesse público.

**19.8** - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

**19.9** - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### 20. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

- 20.1.** Ocorrendo as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro, requerido pela parte, desde que suficientemente comprovado, de forma documental (notas fiscais, planilha de custos);
- 20.2.** O reequilíbrio econômico financeiro poderá ser requerido por ambas as partes, em vista de fator superveniente que resulte em redução ou aumento do valor do bem fornecido.
- 20.3.** A revisão dos valores dos produtos será promovida levando-se em conta apenas o saldo não retirado, e não servirá, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro

#### **21. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**

- 21.1.** O fornecimento do produto registrado na Ata será requisitado através de cada unidade do Município (Secretaria/Setor) participante do certame, mediante elaboração de Nota de Empenho.
- 21.2.** A fornecedora deverá efetuar a entrega dos produtos livre de frete e descarga e instalados no endereço indicado pela Secretaria solicitante, em até em até 30 (trinta) dias corridos após cada solicitação. A empresa fornecedora deverá comunicar a administração com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas o início dos trabalhos em cada local, conforme estabelecido na nota de empenho.
- 21.3.** Verificada a não conformidade dos produtos, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 02 (dois) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- 21.4.** Os itens que não atenderem as condições descritas, não serão aceitos e será efetuada a devolução sem ônus para o Município.
- 21.5.** A cada entrega a CONTRATADA deverá fornecer ART pela fabricação e instalação dos brinquedos devidamente registrada e paga, para os itens que sejam necessário a Anotação de Responsabilidade Técnica.
- 21.6.** A CONTRATADA deverá garantir os produtos discriminados, juntamente com todos os seus componentes, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.
- 21.7.** A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.
- 21.8.** A mercadoria a ser fornecida deverá obedecer às normas técnicas e padrões da legislação vigente, atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor

#### **22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 22.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:
- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c)** dar causa à inexecução total do contrato;
  - d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 22.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 18.1 deste edital as seguintes sanções:
- a)** advertência;
  - b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

**22.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 22.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**22.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 22.2 do presente Edital.

**22.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**22.6.** A aplicação das sanções previstas no item 22.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**22.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 18.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**22.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 22.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**22.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**22.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**22.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**22.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- pagamento da multa;
- transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**22.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 18.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### **23- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

**23.1.** As impugnações ao ato convocatório do Pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do certame. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

**23.2.** Eventuais **pedidos de esclarecimentos ou impugnações, recursos e contra recursos, deverão ser apresentados mediante protocolo dirigidos ao Pregoeiro do Município ou Equipe de Licitação de Cotiporá/RS, no Protocolo Geral, localizado no Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Silveira Martins, nº 163, Cotiporá/RS, durante o horário de expediente, qual seja de segunda a sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, bem como por meio eletrônico através dos e-mails: [licitacao@cotipora.rs.gov.br](mailto:licitacao@cotipora.rs.gov.br) e/ou [celio@cotipora.rs.gov.br](mailto:celio@cotipora.rs.gov.br).**

**23.3.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo órgão licitante em endereço eletrônico.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

#### **24. DAS OBRIGAÇÕES:**

##### **24.1. Da Contratante:**

- 24.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva realização, objeto desta licitação;
- 24.1.2. Aplicar a empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- 24.1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 24.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADO conforme disposto no edital, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 24.1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

##### **24.2. Da Contratada:**

- 24.2.1. Executar o objeto licitado conforme especificações deste edital e em consonância com a proposta de preços;
- 24.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 24.2.3. Arcar com eventuais prejuízos e danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por dolo ou culpa, ineficiência ou irregularidade cometida na execução dos serviços;
- 24.2.4. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusivas do CONTRATADO;
- 24.2.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades dos materiais, apontadas pelo CONTRATANTE;
- 24.2.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, nos limites legais;
- 24.2.7. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 24.2.8. Fornecer os produtos de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

#### **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 25.1. Concluída a análise das propostas, lavrar-se-á a correspondente Ata de Julgamento e Classificação das Propostas, cujo resumo contendo o resultado classificatório será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.
  - 25.2. Homologado, pelo Prefeito Municipal, o resultado classificatório, os preços serão registrados no Sistema de Registro de Preços no Departamento responsável de cada Secretaria, que poderão convocar, quando necessário, à celebração das contratações decorrentes, mediante emissão da nota de empenho, durante o período da sua vigência e nas condições do Edital.
  - 25.3. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.
  - 25.5. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, no Setor de Licitações.
  - 25.6. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.
  - 25.7. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número de telefone.
  - 25.8. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.
  - 25.9. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, sobre o valor inicial contratado.
  - 25.10. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
  - 25.11. A Administração poderá revogar o pregão por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.
  - 25.12. São anexos deste Edital:
- ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO.**



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

**ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO.**

**ANEXO III - MODELO DE PLENO ATENDIMENTO A HABILITAÇÃO.**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME E EPP.**

**ANEXO V- DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DE CUSTOS.**

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE.**

**ANEXO VII - MODELO DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE FORNECIMENTO.**

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO.**

**ANEXO X - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

**ANEXO XI– MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**25.13 -** Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Veranópolis/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**25.14 -** A cópia do texto integral deste Edital está disponível, para consulta por parte dos interessados, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, na rua Silveira Martins, 163 – Cotiporã/RS, CEP: 95335-000, telefone: (54)3446 2800 e/ou no site: [www.cotipora.rs.gov.br](http://www.cotipora.rs.gov.br).

Cotiporã/RS, 17 de abril de 2026

Examinado e Aprovado:

**ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICIPIO  
DE COTIPORÃ**

**JOSÉ CARLOS BREDÁ**  
Prefeito De Cotiporã



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

#### ANEXO I

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PLAYGROUNDS, BRINQUEDOS RECREATIVOS E EQUIPAMENTOS LÚDICO-PEDAGÓGICOS QUE SERÃO ADQUIRIDOS QUANDO DELES O MUNICÍPIO TIVER NECESSIDADE

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social:	CNPJ:	
Endereço:	Nº:	
Bairro:	CEP:	
Cidade/ Estado:		
Telefone:	E-mail:	
Nome Banco:	Nº da Agência:	Nº Conta Bancária:
Nome da pessoa p/ contato:		

ITEM	UN	QUANT. ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR - R\$			MARCA/MODELO/GARANTIA
				Referência	UNIT.	TOTAL	
01	Un	02	<b>Playground Compacto com Torre e Túnel:</b> Parque infantil colorido com estrutura principal (colunas) de madeira plástica, medindo no mínimo 110mm x 110mm e parede de 20mm revestida com acabamento de polipropileno e polietileno contendo: uma plataforma, tipo MP, com 4 colunas medindo 110 mm x 110 mm x 3000 mm ; um patamar confeccionado com estrutura em aço galvanizado e assoalho em plástico, medindo aproximadamente 1050 mm x 1050 mm; altura do patamar em relação ao nível do solo no mínimo 1400mm. Telhado (cobertura redonda) diâmetro mínimo de 1591mm x 695 mm em polietileno rotomoldado parede dupla. Um plataforma, tipo MP, com 3 colunas medindo no mínimo 110 mm x 110 mm x 2800 mm; uma coluna medindo no mínimo 110 mm x 110 mm x 3000 mm. Um patamar sem cobertura confeccionado com estrutura em aço galvanizado e assoalho em polímero, medindo 1050 mm x 1050 mm; altura do patamar em relação ao nível do solo 1200 mm, com três acabamentos topo de coluna; uma escada com 5 degraus, dimensão aproximada de 1200 mm de comprimento x 600mm de largura em polietileno rotomoldado parede dupla; corrimão (guarda corpo) em aço tubular galvanizado e com pintura eletrostática com	32.963,33			



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

			<p>diâmetro mínimo de 25,40mm e espessura de 1,95mm; um coqueiro decorativo com 8(oito) folhas diâmetro de 1300mm em polietileno rotomoldado; três acabamentos de colunas em polietileno rotomoldado; um escorregador curvo com dimensão mínima de 2600mm x 590mm de largura, seção de deslizamento com dimensões mínimas de comprimento de 2500mm x largura de 480mm com parede dupla em polietileno rotomoldado. Portal de segurança em polietileno rotomoldado; um tobogã 2 curvas com ângulo de 90° diâmetro mínimo 750mm de polietileno rotomoldado; um flange (painel) medida mínima externa 940 x 1020mm com furo central de 750mm em polietileno rotomoldado; uma seção de saída (ponteira) com diâmetro mínimo interno de 750mm, parede dupla de polietileno rotomoldado. Um escorregador espiral (caracol) com seção de deslizamento mínima de 3700mm de comprimento e largura de 540mm, vista superior com diâmetro externo mínimo de 1600mm x 1900mm altura em polietileno rotomoldado com parede dupla. Tubo de sustentação em aço galvanizado com diâmetro mínimo de 4 polegadas e parede de 2mm, comprimento mínimo de 1900mm. Um patamar (deck auxiliar) em madeira de plástico com medidas mínimas de 861mm x 710mm; dois guarda corpo com dimensões mínimas de 800mmx900mm em polietileno rotomoldado com parede dupla, barra de acesso em tubo metálico galvanizado com diâmetro mínimo de 1.1/4 polegada x 1.5mm de parede x 765 de comprimento; uma rampa de escalada dimensão mínima de 1600mm x 690mm, com 6 degraus em polietileno rotomoldado com parede dupla; portal de segurança em polietileno rotomoldado. Um tubo curvo 90° com diâmetro interno de 750mm em polietileno rotomoldado; dois flange (painel) medida externa mínima 940 x 1020mm com furo central de 750mm em polietileno rotomoldado; um kit jogo da velha com 9 cilindros em polietileno rotomoldado com desenhos internos de X e O com diâmetro mínimo de 165mm x 210mm de altura; haste superior e inferior em aço galvanizado com pintura eletrostática e dimensão mínima de 820mm de comprimento. Em conformidade com as normas de referencia da ABNT. Fixação do brinquedo chumbado . Entrega e instalação Inclusos. Garantia Mínima de 12(doze) meses. Fornece ART pela fabricação e instalação dos brinquedos devidamente registrada e paga.</p>			
02	Un	06	<p><b>Brinquedo de Mola:</b> Brinquedo infantil sobre mola com peça de plástico polietileno rotomoldado, com no mínimo 690mm de largura total, 1200mm comprimento e 530mm de altura até o assento, em formato de cavalo, golfinho, moto ou outros; mola feita com aço galvanizado a fogo com Ø20mm de diâmetro, revestido</p>	4.323,33		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÃ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

			com pintura eletroestática, no mínimo 400mm de altura e 200mm de largura; suporte âncora feito com aço galvanizado a fogo, para fixação da mola no brinquedo e para fixação da mola dentro ou sobre o concreto ou terra; Em conformidade com as normas de referencia da ABNT. Fixação do brinquedo chumbado . Entrega e instalação Inclusos. Garantia Mínima de 12(doze) meses. Fornece ART pela fabricação e instalação dos brinquedos devidamente registrada e paga.				
03	Un	02	<b>Centro de Atividades:</b> Playground com: dois patamares de madeira plástica com dimensão lateral mínima de 83 cm X 83 cm, altura da borda de 9 cm, placa inteiriça do patamar com no mínimo 1,2 cm de espessura, em madeira plástica, quatro portais/estrutura de polietileno rotomoldado com design de arco para altura do patamar de 80 cm, com dimensão mínima de 170 cm de altura por 83 cm de largura, coluna com dimensão do perfil aproximada de 16 cm X 8 cm; uma passarela de polietileno rotomoldado com design de tubo com dimensão mínima de 100 cm de comprimento e diâmetro mínimo de 60 cm; duas escadas avulsas com no mínimo 4 degraus em polietileno rotomoldado, para altura do patamar de 80 cm; uma rampa escalada em polietileno com mínimo 4 degraus rotomoldada para altura do patamar de 80 cm; dois escorregadores retos avulsos rotomoldados para altura do patamar de 80 cm, com dimensão mínima de 150 cm de comprimento; uma rampa de agarras de madeira plástica, para altura de patamar de 80 cm, com dimensão mínima de 52 cm de largura e 100 cm de comprimento, a rampa com no mínimo 6 agarras de polímero injetado, estrutura inferior feita com perfil tubular em aço galvanizado; dois portais de segurança rotomoldado com design de arco, um conjunto de parafusos e peças para a montagem do playground e parafusar/fixar o playground no piso/solo com acabamento de parafusos onde for necessário para segurança.Em conformidade com as normas de referencia da ABNT. Fixação do brinquedo chumbado . Entrega e instalação Inclusos. Garantia Mínima de 12(doze) meses. Fornece ART pela fabricação e instalação dos brinquedos devidamente registrada e paga.	13.893,10			
04	Un	02	<b>Playground Médio Multifuncional:</b> Palyground com: um patamar de madeira plástica com dimensão lateral mínima de 250 cm X 83 cm, altura da borda de 9 cm, placa inteiriça do patamar com no mínimo 1,2 cm de espessura, fabricado em madeira plástica; 4 portal e estrutura de polietileno rotomoldado com design de arco para altura do patamar de 80 cm, com dimensão mínima de 170 cm de altura por 83 cm de largura. Coluna com dimensão do perfil aproximada de 16 cm X 8 cm, fabricado com polietileno; duas cercas de guarda corpo	17.863,33			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÁ**  
 A Joia da Serra Gaúcha!

			<p>de polietileno rotomoldado com design de cerquinha com dimensão mínima de 77 cm de altura e 83 cm de largura; uma escada avulsa, em polietileno, com no mínimo 4 degraus rotomoldada para altura do patamar de 80 cm; uma rampa escalada em polietileno com mínimo 4 degraus rotomoldada para altura do patamar de 80 cm; um escorregador tubo rotomoldado para altura do patamar de 80 cm, com dimensão mínima de 65 cm de largura e 200 cm de comprimento; dois escorregadores retos avulsos rotomoldado para altura do patamar de 80 cm, com dimensão mínima de 150 cm de comprimento; uma rampa de agarras de madeira plástica, para altura de patamar de 80 cm, com dimensão mínima de 52 cm de largura e 100 cm de comprimento, a rampa com no mínimo 6 agarras de polímero injetado. A estrutura inferior feita com perfil tubular em aço galvanizado; dois portais de segurança em polietileno rotomoldado com design de arco; um conjunto de parafusos e peças para a montagem do playground e parafusar/fixar o playground no piso/solo com acabamento de parafusos onde for necessário para segurança. Em conformidade com as normas de referência da ABNT. Fixação do brinquedo chumbado. Entrega e instalação Inclusos. Garantia Mínima de 12(doze) meses. Fornece ART pela fabricação e instalação dos brinquedos devidamente registrada e paga.</p>			
05	un	02	<p><b>Playground interno tipo "Kid Play" (brinquedão)</b>, destinado ao público infantil de 2 a 12 anos, com estrutura modular e multinível. Dimensões aproximadas do conjunto: altura entre 2,40 m e 2,60 m, largura entre 1,50 m e 2,50 m e comprimento entre 4,00 m e 5,00 m. Estrutura composta por, no mínimo, 2 (dois) níveis, sendo o primeiro pavimento com espaço destinado à piscina de bolinhas, área com escorregador e acesso ao nível superior por meio de degraus flutuantes ou obstáculos equivalentes; e o segundo pavimento contendo corredor com obstáculos e acesso ao escorregador. Confeccionado em polietileno rotomoldado de média/alta densidade e estrutura metálica em aço galvanizado, com sistema de conexões seguras. Revestimento com lona de alta resistência e pavimentação interna acolchoada, em material tipo EVA ou similar, antiderrapante e de fácil higienização. Estrutura integralmente protegida por isotubos revestidos e rede de proteção em nylon ou polietileno de alta resistência, garantindo segurança e visibilidade. Acabamento multicolorido, com superfícies lisas, cantos arredondados e isento de partes cortantes ou rebarbas. Acompanha conjunto de bolinhas plásticas para piscina de bolinhas. Produto deve ser fornecido com entrega, montagem e instalação inclusas no local indicado pela Administração, com garantia mínima contra defeitos de</p>	17.966,67		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÁ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

			fabricação. Deve atender integralmente às normas técnicas vigentes da ABNT/NBR aplicáveis a brinquedos e playgrounds infantis.				
06	un	04	<b>Balanço Metálico 02 Lugares:</b> Estrutura principal em tubo de 2 polegadas x 2mm de parede galvanizado a fogo. Estruturado com 4 colunas 9 x 9 em alumínio com reforço interno, pintado com tinta poliéster. Fixação dos balanços com buchas de nylon 25mm. Assentos de balanço em rotomoldado. Fixado em correntes 6mm elos curtos calibrados para evitar aprisionamento dos dedos das crianças. Em conformidade com as normas de referencia da ABNT. Fixação do brinquedo chumbado. Entrega e instalação Inclusos. Garantia Mínima de 12(doze) meses. Fornece ART pela fabricação e instalação dos brinquedos devidamente registrada e paga se for o caso.	4.583,33			
07	un	04	<b>Tabela de basquete infantil</b> confeccionada em MDF de alta densidade, com espessura mínima de 15 mm, superfície lisa, resistente e com acabamento em pintura atóxica de alta durabilidade. Dimensões aproximadas de 60 cm (largura) x 45 cm (altura), contendo marcações oficiais simplificadas do basquete (retângulo de arremesso e aro central) em serigrafia ou impressão resistente ao desgaste. Aro metálico com diâmetro aproximado de 30 a 35 cm, com pintura anticorrosiva e fixação reforçada por parafusos e suporte metálico, acompanhado de rede em nylon resistente. Estrutura com cantos arredondados e bordas protegidas, garantindo segurança no uso infantil. Sistema de fixação para parede incluso, com suportes e parafusos adequados. Produto indicado para uso recreativo e pedagógico, devendo atender a normas de segurança aplicáveis a brinquedos e materiais escolares, com acabamento livre de rebarbas, farpas ou componentes cortantes. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	362,73			
08	un	02	<b>Mesa de tênis de mesa (ping-pong) oficial</b> , com tampo confeccionado em MDF ou MDP de alta densidade, espessura mínima de 15 mm, proporcionando quique uniforme, revestido com pintura fosca antirreflexo na cor padrão (azul ou verde), com linhas demarcatórias brancas conforme padrão oficial. Dimensões aproximadas de 2,74 m (comprimento) x 1,52 m (largura) x 0,76 m (altura). Estrutura metálica em aço com pintura anticorrosiva, dotada de sistema de travamento e dobragem para armazenamento, com rodízios que permitam fácil movimentação. Acompanha rede e suporte regulável compatíveis com o padrão oficial. Bordas com acabamento protegido, livre de rebarbas ou arestas cortantes. Produto indicado para uso recreativo e esportivo, devendo apresentar boa estabilidade, resistência e atender às normas técnicas aplicáveis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	1.921,45			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÁ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

09	un	02	<b>Mesa de pebolim (totó)</b> com estrutura em MDF de alta densidade, espessura mínima de 15 mm, com revestimento resistente e acabamento de alta durabilidade. Campo de jogo com superfície lisa e nivelada, com marcações padrão. Bonecos confeccionados em alumínio fundido, fixados aos varões de aço maciço, com pintura resistente ao desgaste. Varões passantes ou embutidos em aço, com manoplas ergonômicas e sistema de deslizamento com buchas ou rolamentos para maior suavidade. Dimensões aproximadas de 1,35 m (comprimento) x 0,75 m (largura) x 0,90 m (altura). Estrutura com pés reforçados, podendo conter niveladores para ajuste em superfícies irregulares. Acompanha bolas compatíveis. Produto indicado para uso recreativo, com acabamento seguro, livre de rebarbas ou arestas cortantes, devendo apresentar resistência, estabilidade e atender às normas técnicas aplicáveis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	2.954,75			
10	un	04	<b>Par de traves de futebol infantil</b> com estrutura em aço tubular leve e resistente, diâmetro mínimo de 1,5", com pintura anticorrosiva e acabamento em tinta de alta durabilidade. Dimensões aproximadas de 1,50 m a 2,00 m (largura) x 1,00 m a 1,20 m (altura) x 0,60 m a 0,80 m (profundidade). Acompanha redes confeccionadas em polietileno ou nylon de alta resistência, com malha uniforme e espessura mínima de 2 mm, adequadas ao uso infantil. Sistema de fixação da rede por ganchos plásticos ou cordas resistentes. Estrutura com cantos arredondados e travamento reforçado, podendo conter base de apoio ou sistema de fixação ao solo para maior estabilidade e segurança. Produto indicado para uso recreativo e escolar, com acabamento livre de rebarbas, arestas cortantes ou pontos de risco, devendo atender às normas técnicas aplicáveis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	576,53			
11	un	02	<b>Gangorra Pikler colorida</b> confeccionada em madeira de alta qualidade (preferencialmente madeira maciça ou compensado multilaminado), com espessura mínima de 15 mm, estrutura robusta e resistente. Design em formato de arco, com ripas em cores variadas (pintura atóxica), fixadas de forma segura e com espaçamento uniforme, permitindo uso como gangorra e estrutura de escalada. Dimensões aproximadas de 80 cm a 100 cm (comprimento) x 40 cm a 60 cm (largura) x 40 cm a 50 cm (altura). Acabamento com lixamento fino, superfícies lisas, sem farpas ou arestas cortantes, com aplicação de verniz ou selador atóxico. Capacidade de carga mínima de 50 kg. Base estável, garantindo segurança durante o uso. Produto indicado para uso pedagógico e recreativo, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Em conformidade com	571,11			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÁ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

			as normas de referência. Fixação do brinquedo chumbado . Fornecer garantia mínima de 12 meses.				
12	un	02	<b>Triângulo Pikler com rampa</b> confeccionado em madeira de alta qualidade (preferencialmente madeira maciça ou compensado multilaminado), com espessura mínima de 15 mm, estrutura resistente e durável. Composto por triângulo de escalada com barras transversais em madeira maciça, fixadas de forma segura e com espaçamento uniforme, acompanhado de 1 (uma) rampa dupla face, sendo um lado liso para deslizamento e outro com ripas/apoios para escalada. Dimensões aproximadas do triângulo: 70 cm a 90 cm (altura) x 60 cm a 80 cm (largura) x 70 cm a 100 cm (profundidade). Dimensões da rampa: 90 cm a 120 cm (comprimento) x 30 cm a 50 cm (largura). Sistema de encaixe firme entre rampa e estrutura, garantindo estabilidade e segurança durante o uso. Estrutura com cantos arredondados, superfícies lisas, lixamento fino, sem farpas, rebarbas ou arestas cortantes, com aplicação de verniz ou selador atóxico. Capacidade de carga mínima de 50 kg. Produto indicado para uso pedagógico e recreativo, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	751,88			
13	un	02	<b>Triângulo Pikler articulado com rampa</b> confeccionado em madeira de alta qualidade (preferencialmente madeira maciça ou compensado multilaminado), com espessura mínima de 15 mm, estrutura resistente e durável. Composto por triângulo de escalada com sistema de articulação metálica reforçada, permitindo ajuste de abertura e fácil armazenamento, com barras transversais em madeira maciça fixadas de forma segura e com espaçamento uniforme, acompanhado de 1 (uma) rampa dupla face, sendo um lado liso para deslizamento e outro com ripas/apoios para escalada. Dimensões aproximadas do triângulo: 70 cm a 90 cm (altura) x 60 cm a 80 cm (largura) x 70 cm a 100 cm (profundidade, conforme abertura). Dimensões da rampa: 90 cm a 120 cm (comprimento) x 30 cm a 50 cm (largura). Sistema de encaixe firme e seguro entre rampa e estrutura, com possibilidade de ajuste de inclinação. Estrutura com cantos arredondados, superfícies lisas, lixamento fino, sem farpas, rebarbas ou arestas cortantes, com aplicação de verniz ou selador atóxico. Base estável, podendo conter sistema de trava para fixação na posição de uso. Capacidade de carga mínima de 50 kg. Produto indicado para uso pedagógico e recreativo, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	966,63			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÃ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

14	un	02	<b>Barca Gangorra Pikler</b> confeccionada em madeira de alta qualidade (preferencialmente madeira maciça ou compensado multilaminado), com espessura mínima de 15 mm, estrutura resistente e durável. Formato tipo "barca"/arco, permitindo uso como gangorra e estrutura lúdica multifuncional. Laterais curvas com ripas em madeira maciça, fixadas de forma segura e com espaçamento uniforme. Dimensões aproximadas de 80 cm a 110 cm (comprimento) x 40 cm a 60 cm (largura) x 40 cm a 50 cm (altura). Acabamento com lixamento fino, superfícies lisas, sem farpas ou arestas cortantes, com aplicação de verniz ou selador atóxico. Estrutura com base estável, garantindo segurança durante o uso infantil. Capacidade de carga mínima de 50 kg. Produto indicado para uso pedagógico e recreativo, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	763,81			
15	un	02	<b>Rampa Pikler</b> confeccionada em madeira de alta qualidade (preferencialmente madeira maciça ou compensado multilaminado), com espessura mínima de 15 mm, estrutura resistente e durável. Superfície dupla face, sendo um lado liso para deslizamento e outro com ripas/apoios fixados de forma segura para escalada, com espaçamento uniforme. Dimensões aproximadas de 90 cm a 120 cm (comprimento) x 30 cm a 50 cm (largura). Sistema de encaixe compatível com triângulo Pikler ou estruturas similares, garantindo fixação firme e segura. Acabamento com lixamento fino, superfícies lisas, sem farpas ou arestas cortantes, com aplicação de verniz ou selador atóxico. Capacidade de carga mínima de 50 kg. Produto indicado para uso pedagógico e recreativo, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	515,07			
16	un	02	<b>Túnel Pikler</b> modular confeccionado em compensado multilaminado de pinus de alta resistência, com espessura mínima de 15 mm, acabamento em pintura atóxica de alta durabilidade. Conjunto composto por 3 (três) módulos independentes e interligáveis, sendo 2 (dois) módulos cúbicos e 1 (um) módulo alongado em formato de túnel, permitindo diferentes configurações de montagem. Dimensões aproximadas: módulos cúbicos com 50 cm (altura) x 50 cm (largura) x 50 cm (profundidade) e módulo alongado com 50 cm (altura) x 50 cm (largura) x 100 cm (comprimento). Estrutura com encaixes firmes, garantindo estabilidade e segurança durante o uso. Superfícies lisas, com lixamento fino, cantos arredondados, livre de farpas, rebarbas ou arestas cortantes. Produto indicado para uso pedagógico e recreativo na primeira infância, devendo suportar carga mínima de 30 kg por módulo e atender	2.526,67			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÁ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

			às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.				
17	un	02	<b>Arco de escalada Pikler</b> confeccionado em madeira de alta qualidade (preferencialmente madeira maciça ou compensado multilaminado), com espessura mínima de 15 mm, estrutura resistente e durável. Formato curvo tipo arco, composto por laterais estruturais e barras transversais em madeira maciça, fixadas de forma segura e com espaçamento uniforme, permitindo uso para escalada, equilíbrio e exploração motora. Dimensões aproximadas de 80 cm a 100 cm (comprimento) x 40 cm a 60 cm (largura) x 40 cm a 60 cm (altura). Estrutura com cantos arredondados e base estável, podendo ser utilizada de forma invertida como gangorra. Acabamento com lixamento fino, superfícies lisas, sem farpas ou arestas cortantes, com aplicação de verniz ou selador atóxico. Capacidade de carga mínima de 50 kg. Produto indicado para uso pedagógico e recreativo, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	705,60			
18	un	02	<b>Passarela de equilíbrio Pikler</b> confeccionada em madeira de alta qualidade (preferencialmente madeira maciça ou compensado multilaminado), com espessura mínima de 15 mm, estrutura resistente e durável. Composta por base alongada com superfície superior antiderrapante ou com ripas/elementos de apoio fixados de forma segura, proporcionando estímulo ao equilíbrio e coordenação motora. Dimensões aproximadas de 100 cm a 150 cm (comprimento) x 20 cm a 30 cm (largura) x 10 cm a 20 cm (altura). Estrutura com cantos arredondados e base estável, podendo conter pés de apoio ou sistema de encaixe com outros módulos Pikler. Acabamento com lixamento fino, superfícies lisas, sem farpas ou arestas cortantes, com aplicação de verniz ou selador atóxico. Capacidade de carga mínima de 50 kg. Produto indicado para uso pedagógico e recreativo, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	610,00			
19	un	02	<b>Circuito Pikler para bebês</b> , composto por conjunto de estruturas modulares confeccionadas em madeira de alta qualidade (preferencialmente madeira maciça ou compensado multilaminado), com espessura mínima de 15 mm, resistente e durável. Conjunto contendo, no mínimo, 3 (três) módulos, podendo incluir rampa, arco/gangorra, triângulo ou base de escalada, possibilitando diferentes configurações para estímulo da coordenação motora, equilíbrio e exploração segura. Dimensões compatíveis com uso de bebês, com altura máxima recomendada de até 60 cm. Estrutura com encaixes firmes e seguros entre os módulos, garantindo estabilidade durante o uso. Acabamento com lixamento	1.519,69			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÃ**  
 A Joia da Serra Gaúcha!

			fino, superfícies lisas, sem farpas ou arestas cortantes, com aplicação de verniz ou selador atóxico. Cantos arredondados e base estável, adequada ao uso em ambientes internos. Capacidade de carga mínima de 30 kg por módulo. Produto indicado para uso pedagógico e recreativo na primeira infância, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.				
20	un	02	<b>Barraca infantil estilo Waldorf</b> confeccionada em madeira de alta qualidade (preferencialmente madeira maciça), com estrutura leve, resistente e de fácil montagem. Cobertura em tecido de algodão ou material equivalente, removível e lavável, com acabamento em costura reforçada e pintura ou estampa atóxica. Formato tipo cabana, com design lúdico e acolhedor, incentivando o brincar simbólico e a imaginação. Dimensões aproximadas de 120 cm a 150 cm (altura) x 100 cm a 130 cm (largura) x 100 cm a 130 cm (profundidade). Estrutura com encaixes firmes, cantos arredondados e acabamento seguro, livre de farpas, rebarbas ou partes cortantes. Produto indicado para uso em ambientes internos, com base estável e tecido com boa ventilação. Indicado para uso infantil, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos e mobiliário infantil. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	3.050,50			
21	un	10	<b>Bicicleta infantil</b> aro 16, com quadro em aço carbono resistente, pintura eletrostática de alta durabilidade e acabamento atóxico. Rodas aro 16" com pneus em borracha e câmaras de ar, garantindo aderência e conforto. Sistema de freio dianteiro e traseiro (tipo V-brake ou tambor), com acionamento por manetes anatômicos. Equipada com rodinhas laterais removíveis para apoio e aprendizagem, corrente com proteção lateral, pedais em material resistente e selim anatômico com ajuste de altura. Guidão com regulagem de altura e inclinação, contendo manoplas em material antiderrapante. Estrutura com refletores de segurança. Indicada para crianças, suportando carga mínima de 40 kg. Produto deve apresentar estabilidade, resistência e atender às normas de segurança aplicáveis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	553,46			
22	un	05	<b>Bicicleta de equilíbrio infantil tipo andador</b> , sem pedais, com 4 rodas, indicada para desenvolvimento do equilíbrio e coordenação motora. Estrutura confeccionada em material de alta resistência, com acabamento atóxico e de alta durabilidade. Rodas em plástico reforçado ou EVA, silenciosas e antiderrapantes, proporcionando estabilidade e segurança. Assento anatômico com ajuste de altura, confeccionado em material confortável e resistente. Guidão com limitador de giro e manoplas em material antiderrapante. Dimensões compatíveis com uso infantil	232,20			



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

			(altura aproximada de 35 cm a 45 cm). Capacidade de carga mínima de 20 kg. Produto com cantos arredondados, livre de rebarbas ou partes cortantes. Indicado para uso recreativo, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.				
23	un	05	<b>Bicicleta de equilíbrio infantil</b> , sem pedais, indicada para desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora e transição para bicicleta convencional. Estrutura em aço carbono ou material equivalente de alta resistência, com pintura eletrostática atóxica e acabamento de alta durabilidade. Rodas aro aproximado de 10" a 12", com pneus em EVA ou borracha maciça, silenciosos, antiderrapantes e resistentes ao desgaste. Garfo e guidão reforçados, com limitador de giro para maior segurança, equipados com manoplas em material emborrachado e antiderrapante. Assento anatômico, acolchoado, com regulagem de altura, permitindo adaptação ao crescimento da criança. Possuir sistema de direção suave e estável, garantindo fácil condução. Estrutura leve, favorecendo o manuseio pela criança, com peso compatível para faixa etária infantil. Capacidade de carga mínima de 30 kg. Produto com cantos arredondados, acabamento livre de rebarbas, partes cortantes ou saliências perigosas. Indicado para uso recreativo e educacional, devendo atender às normas de segurança aplicáveis a brinquedos infantis. Fornecer garantia mínima de 12 meses.	<b>367,00</b>			

Declaramos para os fins de direito, que a proposta vigorará pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, e de total conhecimento e concordância com os termos deste Edital e seus Anexos

\_\_\_\_\_, em 12 de maio de 2026

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome completo:  
Cargo ou função

**Obs: Deverá ser apresentada em folha timbrada da empresa**



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

## A Joia da Serra Gaúcha!

### ANEXO II

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026

#### MODELO DE CREDENCIAMENTO

(Razão Social da Licitante)....., através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Município de \_\_\_\_\_, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº 014/2026, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, bem como formular propostas e lances na etapa de lances, negociar a redução de preços, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, firmar contrato em nome do outorgante, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante, inclusive entrega/fornecimento do objeto.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome completo:  
Cargo ou função:

- Obs.:**
1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
  2. Este **credenciamento** deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, de documento de identidade com foto (**FORA DOS ENVELOPES**).

**Obs: Deverá ser apresentada em folha timbrada da empresa**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÁ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

**ANEXO III**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026**

**MODELO**

**DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO REQUISITOS - HABILITAÇÃO**

..... CNPJ nº ....., sediada .....  
.....(completo), declara, sob as penas da Lei, que está ciente e cumpre plenamente os requisitos de Habilitação e entrega dos envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido. Conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Pregão Presencial nº 014/2026 e seus Anexos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome completo:  
Cargo ou função:

**Obs.:** Esta Declaração deverá ser entregue fora dos envelopes, junto com o Credenciamento.

**Obs:** Deverá ser apresentada em folha timbrada da empresa



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

## A Joia da Serra Gaúcha!

### ANEXO IV

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

#### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

- ( ) MICROEMPRESA, conforme inc. I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inc. II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- ( ) COOPERATIVA, conforme disposto nos arts. 42 ao 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- ( ) MEI - Micro Empreendedor Individual, conforme Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declara, ainda, estar cientes das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome completo:  
Cargo ou função:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Contador ou Tec. Cont. da empresa  
Nome do Contador ou Tec. Com  
Reg. CRC

**Obs.:** Esta Declaração deverá ser entregue fora dos envelopes, junto com o Credenciamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÃ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

**ANEXO V**

MODELO

**DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS**

A empresa ....., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº ....., localizada na ....., nº ..... – Bairro ....., no Município de ..... – ... , por meio de seu representante legal, Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua ....., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., DECLARA, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome completo:  
Cargo ou função:

**Obs:** Deverá ser apresentada em folha timbrada da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÃ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

**ANEXO VI**

MODELO

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A empresa..... através de seu representante legal, Sr.(a)..... RG..... (cargo na empresa: Diretor, Sócio Gerente, etc.) ....., **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Cotiporã/RS, na modalidade Pregão Presencial N° 014/2026 que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha a alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, ou regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira desta empresa.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

Nome completo:

Cargo ou função:

**Obs.:** Esta Declaração deverá ser entregue no Envelope nº 02, junto com os documentos.

**Obs:** Deverá ser apresentada em folha timbrada da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÁ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

**ANEXO VII**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ART. 7º CONSTITUIÇÃO**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2026, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

Nome completo:

Cargo ou função:

**Obs.:** Esta Declaração deverá ser entregue no Envelope nº 02, junto com os documentos.

**Obs:** Deverá ser apresentada em folha timbrada da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE COTIPORÃ**  
A Joia da Serra Gaúcha!

**ANEXO VIII**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026**

**TERMO DE COMPROMETIMENTO DE FORNECIMENTO**

A empresa ....., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº ....., localizada na ..... n° ..... – Bairro ..... , no Município de ..... – ... , **DECLARA** que está ciente e respeita todos os atos constituídos no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026 e anexos, **comprometendo-se a fornecer os produtos**, conforme solicitação da Prefeitura Municipal de Cotiporã, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 90.898.487/0001-64, sita a Rua Silveira Martins, nº 163, na cidade de Cotiporã/RS, o objeto registrado, conforme a classificação, pelo prazo de 01 (um) ano contado a partir da data da homologação.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome completo:  
Cargo ou função:

**Obs.:** Esta Declaração deverá ser entregue no Envelope nº 02, junto com os documentos.

**Obs:** Deverá ser apresentada em folha timbrada da empresa



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

#### ANEXO IX

MODELO

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_, CPF nº, declaro para os devidos fins esob as penas da Lei, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº, tenha vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública MUNICIPAL, que impeça de contratar com a os citados no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

*“Lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, art. 14, IV.*

*Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:*

*...*

*IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;”*

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

Assinatura do representante legal da empresa

Nome completo:

Cargo ou função:

**Obs:** Deverá ser apresentada em folha timbrada da empresa



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

#### ANEXO X

MODELO

#### DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

VERIFICAR SE A EMPRESA SE SUBMETE AO REGRAMENTO CONTIDO NO ART. 93 LEI 8.213/91.

**EM CASO POSITIVO, UTILIZAR O MODELO 1. EM CASO NEGATIVO, UTILIZAR O MODELO 2.**

#### MODELO 1

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 014/2026, que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei 8.213/91, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

#### MODELO 2

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2026, que está ciente do regramento constante no Art. 93 da Lei 8.213/91 quanto às exigências de reserva de cargos prevista para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, e que não se enquadra na referida obrigação legal até a presente data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome completo:  
Cargo ou função:

**Obs:** Deverá ser apresentada em folha timbrada da empresa



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

#### ANEXO XI

##### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.../26.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE COTIPORÃ/RS** E A EMPRESA ....., NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR ESTABELECIDOS.

O **MUNICÍPIO DE COTIPORÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 90.898.487/0001-64, estabelecida na Rua Silveira Martins, nº 163, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. JOSE CARLOS BREDA, residente e domiciliado em Cotiporã/RS, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO e a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., neste ato representada pelo Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., expedida pela ....., doravante denominada COMPROMITENTE FORNECEDORA, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do Pregão Presencial nº xxxx, que foi constituída através do Protocolo Administrativo nº 107/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 – A presente ATA objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PLAYGROUNDS, BRINQUEDOS RECREATIVOS E EQUIPAMENTOS LÚDICO-PEDAGÓGICOS QUE SERÃO ADQUIRIDOS QUANDO DELES O MUNICÍPIO TIVER NECESSIDADES** que serão adquiridos quando deles o Município tiver necessidade atendendo de forma eficaz as demandas e demais serviços no quais serão empregados, conforme estabelecido neste edital e seus anexos.

1.2 – As quantidades possíveis de serem adquiridas são as compreendidas entre aquelas informadas como estimadas, no **ANEXO I**, do edital.

1.3 – Os quantitativos indicados no **ANEXO I** deste edital são meramente estimativos, não acarretando qualquer obrigação quanto a sua aquisição por parte desta municipalidade.

1.4 – As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em “Nota de Empenho”, válida como contrato de aquisição e fornecimento.

1.5 – A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar aquisição, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.6 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Registro de Preços.

1.7 – A CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos produtos livre de frete e descarga e instalados no endereço indicado pela Secretaria solicitante, em até em até 30 (trinta) dias corridos após cada solicitação, deverá ainda, comunicar a administração com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas o início dos trabalhos em cada local, conforme estabelecido na nota de empenho.

1.8 – Todos os atos referentes a presente ATA serão processados nas condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 014/2026 e seus anexos.

1.9. A CONTRATADA deverá a cada entrega fornecer a ART pela fabricação e instalação dos brinquedos devidamente registrada e paga para os itens que exigem Anotação de Responsabilidade Técnica.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS:

2.1. Os preços registrados nesta ATA constam na ata de abertura e das propostas das empresas participantes do Pregão Presencial nº xxxx, e seus anexos que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do Registro Preços.

2.2. Relação de produtos e valores da Fornecedora:

ITEM	QUANT. MÁXIMA	UN	DESCRIÇÃO	Valor R\$	
				Unit.	Total

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será efetuado em até 10 dias após a realização das entregas, tendo em conta a quantidade efetuada, mediante a apresentação de nota fiscal e a emissão de laudo pelo Setor solicitante. Somente será paga a quantidade efetivamente entregue.

3.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO, enquanto houver pendência na entrega do(s) item(ns), ou não se realizar a liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.3. Para o caso de faturas incorretas, a Prefeitura Municipal de Cotiporã terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução à licitante vencedora, passando a contar novo prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a entrega da nova NOTA FISCAL.

3.4. Não serão considerados para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da licitante vencedora que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

3.5. Se for o caso, a Prefeitura Municipal de Cotiporã poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRPF, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL o valor correspondente aos referidos tributos.

3.6. Na hipótese de atraso no pagamento, os valores serão monetariamente corrigidos, a contar da data final do período de adimplemento até o dia do efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE.

3.7. **Conforme instrução normativa NFB nº 2043, de 12 de agosto de 2021 e Ordem de Serviço nº 01/2022, do Município de Cotiporã, a nota fiscal deverá ser emitida e entregue ao setor responsável pela solicitação até o dia 25 de cada mês.**

3.8. As despesas decorrerão de dotação específica para cada aquisição.

3.9. Os valores a serem pagos serão depositados em conta bancária nº .....

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1. O prazo de vigência desta ATA é de 12 meses, a contar da data de assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital.

4.2. Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

4.3. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice INPC acumulado dos últimos 12 meses.

4.4. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.1333/2021, salvo no caso de prorrogação.

4.5. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial nº 014/2026** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

4.6. Na assinatura da Ata de Registro de Preços Na assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar o visto no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA** e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – **CAU** no Estado do Rio Grande do Sul, caso a empresa não seja sediada no Estado do Rio Grande do Sul.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO:

5.1. O fornecimento do produto registrado na Ata será requisitado através de cada unidade do Município (Secretaria/Setor) participante do certame, mediante elaboração de Nota de Empenho.

5.2. A fornecedora deverá efetuar a entrega dos produtos livre de frete e descarga e instalados no endereço indicado pela Secretaria solicitante, em até em até 30 (trinta) dias corridos após cada solicitação. A empresa fornecedora deverá comunicar a administração com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas o início dos trabalhos em cada local, conforme estabelecido na nota de empenho.

5.3. Verificada a não conformidade dos produtos, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 02 (dois) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

5.4. Os itens que não atenderem as condições descritas, não serão aceitos e será efetuada a devolução sem ônus para o Município.

5.5. A cada entrega a CONTRATADA deverá fornecer ART pela fabricação e instalação dos brinquedos devidamente registrada e paga, para os itens que sejam necessário a Anotação de Responsabilidade Técnica.

5.6. A CONTRATADA deverá garantir os produtos discriminados, juntamente com todos os seus componentes, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

5.7. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

5.8. A mercadoria a ser fornecida deverá obedecer às normas técnicas e padrões da legislação vigente, atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. Para aquisição do objeto desta contratação os recursos previstos correrão por conta das dotações previstas no orçamento do Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou depromitente contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades: Observado o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções à PROMITENTE FORNECEDORA:

- Advertência;
- Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;
- Impedimento de licitar e contratar;



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e) O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.
- f) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- g) A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- h) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.
- i) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item 7.1. As sanções previstas nos itens a, c. e d poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item b, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.
- j) Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

**8.1** - A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

**8.2** O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

**8.3** O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

**8.4** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**8.5** Na hipótese de a PROMITENTE FORNECEDORA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

**8.6** Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art. 124, II, "d", da Lei n. 14.133/2021.

**8.7** Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**9.1.** A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

**9.1.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**9.1.2.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**9.1.3.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**9.2.** O descumprimento, por parte da PROMITENTE FORNECEDORA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura Municipal de Cotiporã o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

**9.3.** O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a PROMITENTE FORNECEDORA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da a PROMITENTE FORNECEDORA, independentemente de outras penalidades.

**9.4.** Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

**9.5.** No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a PROMITENTE FORNECEDORA às sanções administrativas pertinentes.

**9.6.** Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Cotiporã poderá aplicar à PROMITENTE FORNECEDORA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

### A Joia da Serra Gaúcha!

9.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.7.3. não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.7.4. sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.7.4.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

9.8. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

9.8.1. por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

9.8.2. a pedido do fornecedor;

9.8.3. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.8.4. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.8.5. não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

9.8.6. sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.8.6.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

10. A COMPROMITENTE FORNECEDORA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da Administração, previstos na lei vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEI REGRADORA

11. A presente contratação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.113/2021, o edital do Pregão Presencial nº xxxx e seus anexos, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12. Esta Ata fica vinculada ao processo licitatório modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx e seus anexos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

13.1 Será designado como responsável administrativo pela fiscalização da ata de Registro de Preços a **Secretária Municipal de Educação e Desporto Senhora Maritana do Carmo Giordani Titton, Secretária Municipal de Turismo e Cultura Senhora Bruna Lemos Tres**, ao qual compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao superior as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

13.1.1. Atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos objetos e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Autorização de Fornecimento;

13.1.2. Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

13.1.3. Comunicar ao Superior eventuais atrasos nos prazos de entrega/e ou execução do objeto, lote, bem como as pedidos de prorrogação, se for o caso;

13.1.4. Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e/ou previstas contratualmente;

Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

13.1.5. Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

13.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

13.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

### A Joia da Serra Gaúcha!

imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

**13.4.** À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos objetos considerados inadequados.

**13.5.** Ao preposto da promitente FORNECEDORA competirá, entre outras atribuições:

**13.5.1.** Representar os interesses desta perante a Administração;

**13.5.2.** Realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;

**13.5.3.** Manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos bens fornecidos;

**13.5.4.** Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Veranópolis/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

Estando assim certos e ajustados, as partes firmam o presente instrumento de forma eletrônica, mediante assinatura digital, nos termos da legislação vigente, o qual é considerado original para todos os efeitos legais, dispensada a emissão em vias físicas, sendo composto por 03 (três) laudas, contando com a assinatura das partes contratantes, das testemunhas e com o visto da Assessoria Jurídica do Município, para que produza seus efeitos legais.

Cotiporã/RS, ..... de ..... de 2026.

**JOSÉ CARLOS BREDÁ**  
Prefeito De Cotiporã

.....  
Compromitente Fornecedora

Visto:

Testemunhas:

**.Assessoria Jurídica do Município**  
de Cotiporã

**Maritana do Carmo Giordani Titton**  
CPF/MF nº 643.766.800-87

**Bruna Lemos Tres**  
CPF/MF nº 019.631.770-37